

Identidade fragmentada: ser (i) migrante enquanto estado de permanência na vida dos sujeitos expatriados

Fragmented identity: being an immigrant as a state of permanence in the lives of expatriate subjects

Natalia da Paz Lage*

Resumo: O presente artigo busca discutir a formação identitária, com foco no processo de imigração e como este afeta diretamente na concepção de indivíduo, assim como discutir os mecanismos de ressignificação identitária pelos imigrantes e o desenvolvimento da concepção de ser imigrante enquanto estado de permanência dos sujeitos. A discussão traça diálogo com teóricos dos estudos de imigração e com Theodor Adorno, ao tratar em sua obra *Minima Moralia* da exclusão social e da vida danificada do estrangeiro. Na tentativa de reconstituição do eu por parte dos imigrantes, buscamos entender, também, o papel do Estado e da sociedade nesse processo, das violências e danos causados na vida de milhares de pessoas ao imigrar. O texto possui dois eixos principais: destrinchamos a construção de identidade e os aspectos que a afetam e posteriormente, o ser imigrante como método de sobrevivência e identificação dos grupos expatriados.

Palavras-chave: Identidade; Imigração; Sujeitos expatriados.

Abstract: This article seeks to discuss identity formation, focusing on the immigration process and how it directly affects the conception of the individual, as well as discussing the mechanisms of identity resignification by immigrants and the development of the concept of being an immigrant as a state of permanence of subjects. The discussion traces a dialogue with theorists of immigration studies and with Theodor Adorno, when dealing in his work *Minima Moralia* with the social exclusion and the damaged life of the foreigner. In an attempt to reconstitute the self on the part of immigrants, we also seek to understand the role of the State and society in this process, the violence and damage caused in the lives of thousands of people when immigrating. The text has two main axes: we unravel the construction of identity and the aspects that affect it and later, being an immigrant as a method of survival and identification of expatriate groups.

Keywords: Identity; Immigration; Expatriate subjects.

Introdução

Diariamente vemos e lemos notícias sobre os refugiados de guerra, ao ponto de naturalizar a realidade dolorosa que milhares de pessoas enfrentam como consequência

* Mestranda pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista nota 10 FAPERJ. E-mail: nataliadapazlage@gmail.com.

da busca pelo poder e do jogo político inerente ao sistema mundial vigente. Assim também parece ao tratar das imigrações sejam históricas ou contemporâneas. São sujeitos que possuem suas vidas modificadas ao extremo, que enfrentam o luto, e a perda seja de um ente querido ou da sua identificação enquanto indivíduo, concomitantemente com a tentativa de sobreviver e conseguir uma vida melhor para os seus. É o medo e a solidão misturados com sentimentos projetados na esperança de um futuro melhor. A população imigrante, seja em estado de refúgio ou não, é inserida em um sistema máximo de vulnerabilidades, em aspectos econômicos, sociais, biológicos e culturais.

Essa reflexão nos levou a questionar: será o status imigrante um estado permanente na vida do sujeito, mesmo após sua incorporação na sociedade receptora? Ser imigrante transforma-se na nova identidade assumida pelos indivíduos expatriados? Neste artigo buscamos discutir e aprofundar essas inquietações tendo por base autores como Adorno, Alice Lang, Joaquim Torres Costa, entre outros. O objetivo, portanto, tange a esfera de compreensão do impacto do processo de imigração na inteligibilidade dos sujeitos sobre si mesmos, sobre quem são, suas identidades e o lugar que ocupam no mundo. Um local, por sinal, que desafia os seus valores, as suas crenças e o que é familiar, cotidianamente.

O debate proposto parece de especial importância para discutir a realidade das pessoas imigrantes no Brasil e suas comunidades, assim como os vários refugiados não só europeus, mas latino-americanos, africanos e asiáticos que adentram o país constantemente. Entender a realidade da imigração é ver a fragilidade humana submetida a esses grupos. A essência identitária é posta à prova em todas as instâncias da imigração e se alarga para além do sujeito, é uma realidade intrínseca e profundamente problemática do coletivo social.

Acerca da discussão sobre a identidade do sujeito migrante, buscamos inserir o papel desempenhado pelos governos dos países nas ações de recepção dos grupos migratórios. Pautados muitas vezes por ordens violentas, as fronteiras são fechadas e os indivíduos estrangeiros vistos enquanto ameaça para a segurança e bem-estar nacional. Ao colocar a identidade enquanto centro do debate das questões migratórias aprofundamos, assim, as conjunturas dos que imigram e dos países de destino,

desenvolvendo um panorama complexo de um problema urgente no atual cenário mundial.

Formação de identidade

O conceito de identidade é amplo e complexo, permeia áreas como a sociologia e psicologia. Para os estudos migratórios a compreensão da forma como se estrutura a identidade dos sujeitos parece ser essencial. Iremos abordar neste tópico amplamente a estrutura base de composição da identidade nos sujeitos sociais com foco no papel que a imigração exerce para a perda, ressignificação e nova composição da identidade dos expatriados.

A formação do indivíduo é indissociável das suas relações com o meio social e com o outro que a compõe. Nos primeiros anos de vida o principal grupo a oferecer material para lapidação da identidade individual é a família, nela espelhamos ações, aprendemos cognitivamente a língua, a se comunicar verbalmente e o potencial que temos para a interação com o outro. Adquirimos características da identidade dessas pessoas, que já são formadas por meio de interferências de grupos mais amplos da sociedade. Portanto, o material bruto da nossa identidade social origina-se do grupo nuclear ou ampliado da família.

Quando pautamos família e sua interferência na criação de identidade aferimos questões como a cultura, carregada de valores morais, religiosos, de tradições e costumes geradores nos modos de agir e se portar na sociedade. Ela transmite ao seu novo membro o primeiro encontro com a realidade e identidade coletiva que o circunda.

Para King, as limitações impostas aos processos identitários expressam-se em tendências regressivas adquiridas na infância e no âmbito familiar, que, por sua vez, frequentemente estão ligadas a limitações materiais e culturais. (OLIVEIRA, 2011, p. 160)

A partir da expansão do nicho principal das redes de relações, o sujeito adquire novo arcabouço e mescla as interferências que recebe dos meios familiares e externos a partir da reflexão, questionamento e reconhecimento próprio do processo cognitivo e de aquisição da memória. Assim, o processo identitário passa pela dialética indivíduo-

coletivo, ampliando a concepção simplista de “sociedade criando o indivíduo”, inserindo o sujeito enquanto um agente ativo da lógica social por meio da experiência.

Nesse viés Norbert Elias (1994, p. 35) aborda que o desenvolvimento do indivíduo ocorre a partir da sua inserção em uma rede de outros sujeitos, ou seja, em convívio com o coletivo social no qual faz parte. Esse coletivo, ainda de acordo com o autor, terá diferentes contribuições na construção da identidade individual, a família, por exemplo, ocupa o primeiro lugar enquanto grupo social na moldagem do ser humano em formação. Da mesma forma, é importante pontuarmos o espaço da memória para a construção do indivíduo, que ressignifica as ações vivenciadas enquanto forma de compreensão da realidade. Assim ocorre com os afetos e as relações estabelecidas em sociedade, que tangem não só o presente, mas as experiências compartilhadas com pessoas no passado. As lembranças das trocas relacionais entre os indivíduos marcam a elaboração singular de seus valores e modos de conduzir as suas ações futuras.

Para entender, portanto, a formação da identidade dos sujeitos não podemos excluir as funções da psique do indivíduo enquanto ser pensante e nem a fundamental interferência da sociedade nesse desenvolvimento. A construção do eu como ser humano único e singular está atrelada a várias ramificações de interações com um coletivo. Nas nossas relações múltiplas com os grupos que fazemos parte durante o decorrer da vida moldamos o nosso verdadeiro eu e as vontades e escolhas particulares. Elias (1994, p. 48) alerta para a necessidade de analisar a construção do nosso meio social sem a rivalidade indivíduo- sociedade, mas essas duas esferas em constante e indissociável interação. As trocas entre os sujeitos, que geram a formação de redes, são responsáveis pela permanência das estruturas sociais durante o decorrer do tempo. As redes que antecedem o sujeito o formam e este contribui, inserido nas suas dinâmicas relacionais, para a formação dos sujeitos sucessivamente, retroalimentando o ciclo indivíduo- sociedade.

É que, a rigor, o modo como uma pessoa decide e age desenvolve-se nas relações com outras pessoas, numa modificação de sua natureza pela sociedade. Mas o que assim se molda não é algo simplesmente passivo, não é uma moeda sem vida, cunhada como milhares de moedas idênticas, e sim o centro ativo do indivíduo, a direção pessoal de seus instintos e de sua vontade; numa palavra, seu verdadeiro eu. (ELIAS, 1994, p. 52)

Fazer-se ativo para além do mundo externo, mas na própria construção da persona é o que a parte auto identitária realiza na formação do eu. Por meio da autorreflexão e das interpretações dos estímulos que recebemos, poderemos desenvolver características singulares, que fazem de nós sujeitos únicos pertencentes a um todo. Esse processo deriva do entendimento do sujeito sobre a sua própria vida e trajetória dentro do núcleo social, assim como suas aspirações de futuro e o papel que o passado teve na construção do eu presente.

Giddens vai mais longe ao priorizar a participação individual na construção da própria identidade e no estabelecimento de continuidade ao longo do curso da vida a despeito de flexibilização e fragmentação das experiências sociais: “autoidentidade, portanto, não é um conjunto de traços e características observáveis; mas sim o entendimento reflexivo da própria pessoa sobre a sua biografia” (Giddens, 1991, p. 53), portanto um projeto reflexivo, similar a uma narrativa. (OLIVEIRA, 2011, p. 159)

A narrativa ocupa papel importante no processo de construção e reconhecimento de identidades dos indivíduos, pois na elaboração narrativa conseguimos analisar os elementos que compõem a estrutura a qual está inserido e como o sujeito se vê nessa lógica. Ao narrar nossa vida ao outro, expressamos as situações pelas quais passamos, como isso nos atingiu, a nossa interpretação sobre o fato e como as interferências sociais agem na nossa forma de compreender o mundo, já que desempenhados, em escalas e grupos distintos, papéis sociais. A ideia da narrativa enquanto mecanismo de legitimação e reconhecimento identitário é de suma importância na aplicação dentro dos estudos dos grupos migrantes, pois é na abstenção do direito de manifestação da sua própria narrativa e de ter sua história reconhecida que o sujeito migrante não se vê enquanto pertencente a sociedade receptora tanto pela população quanto pelo Estado.

A identidade vista enquanto uma narrativa construída pelo indivíduo e pelo coletivo no qual nasceu, ao ser inserida na lógica da imigração, é desestruturada, já que o coletivo que formou o imigrante não se encontra mais ativo, perdendo a atuação no fomento da memória do indivíduo, que se questiona: o que se é a partir da perda significativa da identidade fragmentada, dos traumas na memória e do seu não lugar enquanto sujeito ativo no meio social. A desconstrução fomentada pelo processo migratório, gera uma crise identitária e a melancolia da perda de si. Assim, dificulta a

elaboração de expectativas para um futuro e aprisiona o ser no vazio da falta de auto reconhecimento.

A angústia de ver desaparecer o seu reflexo está então ligada à angústia de saber que se é incapaz de demonstrar a sua existência por si mesmo: a última prova, a prova pela própria coisa, que se pensava guardar como trunfo decisivo é para sempre inoperante. (ROSSET, 2008, p. 113 apud GIRALDES, 2016, p. 31)

O sentimento de não pertença e da identidade fragmentada, leva ao sujeito migrante a reestruturar a mesma com novos mecanismos culturais e sociais, como as associações com outros imigrantes de nacionalidade semelhante, por exemplo, e a incorporação no meio social de recepção por meio de casamentos com nativos, almejando ganhar espaço e legitimidade social a partir do bem aquisitivo. Mas, o que nos chama a atenção ao observar os grupos migrantes é que nenhum de seus membros consegue se restabelecer no lugar de destino mantendo as características da nação de origem, essa identidade nacional que está imbricada na autoidentidade se perde ou necessita ser reafirmada diariamente, com demasiada intensidade na dinâmica de vivência destes.

Ao mesmo tempo não há absorção da cultura e aspectos sociais da nação receptora por completo, deixando de preencher as lacunas que a quebra identitária da imigração gerou. O sujeito não se sente como membro ativo da nova sociedade em que está inserido, mas como coadjuvante e necessitando, incessantemente, comprovar seu valor ao novo coletivo que faz parte.

Diante da impossibilidade da recuperação total da identidade nacional do imigrante e da sua inserção completa na sociedade de recepção, esse sujeito desenvolve uma terceira via identitária que Stuart Hall (2006, p. 89) detecta como a tradução. De acordo com o autor, a tradução é o caminho encontrado pelo sujeito imigrante de reinterpretar os elementos culturais que formaram a sua identidade na nação de nascimento e os recentes encontrados nas trocas relacionais nos países de destino. Nesse processo, portanto, formam-se as culturas híbridas, onde a tradução cultural pressupõe que esses indivíduos não estão inseridos em um absolutismo étnico, mas incorporados na fronteira entre campos socioculturais distintos.

Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente *traduzidas*. (HALL, 2006, pág. 89)

Para o estudo acerca da identidade dos imigrantes, o conceito de culturas traduzidas de Stuart Hall traz a possibilidade de compreender o sentimento de não lugar que muitos manifestam em suas narrativas. Pois, o pertencimento a várias “casas” culturais dá, no primeiro momento, a sensação de fazer parte integralmente de grupos distintos, porém intrínseco a essa ideia, vemos a ausência de vínculos sólidos capazes de consolidar as raízes culturais necessárias para os imigrantes expatriados. Como ainda trabalha Stuart Hall (2006, p. 84) a globalização gerou dois movimentos identitários distintos: as culturas híbridas, construídas no movimento de tradução de outras culturas; e, concomitantemente, o fortalecimento das culturas tradicionais nacionais baseadas nas identidades locais e étnicas. Quando aplicada a problemática do imigrante que, pelo próprio teor do movimento migratório desenvolve uma identidade plural, há dificuldades de transpor as culturas nacionais e territoriais consolidadas nos países de destino que os veem enquanto ameaça à soberania cultural vigente.

Outro efeito desse processo foi o de ter provocado um alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições-de-identidade, juntamente com um aumento de polarização entre elas. Esses processos constituem a segunda e a terceira consequências possíveis da globalização, anteriormente referidas- a possibilidade de que a globalização possa levar a *um fortalecimento* de identidades locais ou à produção de novas identidades. (HALL, 2006, p. 84)

A reformulação, portanto, da identidade se transforma no pilar de sobrevivência dos milhares de imigrantes e refugiados que deixam seus territórios em busca de uma situação melhor. Lembrando que a análise realizada aqui acerca de identidade dos estrangeiros imigrados e refugiados é pautada no abandono forçado e nas más condições de vida da nação de origem. Entre o lá e o cá existe um vazio, uma fronteira simbólica

carregada de questões políticas, econômicas e sociais que não permitem esse sujeito ter uma identidade nacional, mas ser permanentemente um expatriado, pois o que mais o representa e o legitima na sua atual condição de sobrevivência é o limbo cultural da imigração.

Assumir para si o ser imigrante enquanto identidade consegue, em alguma medida, expor o sentimento de angustia, vazio, melancolia e ao mesmo tempo a tentativa de reaver as bases do estar ativo na sociedade e enxergar a si no outro. Ser imigrante obriga a uma luta constante pelo básico dos direitos humanos e de uma vida adequada para com o Estado. O presente só fará sentido e dará ferramentas para um futuro pleno quando o sujeito reconhecer no grupo, na sociedade em geral, a qual pertence a liberdade e capacidade de tomar suas próprias decisões e possibilidades de ser e existir concretamente.

Quando o imigrante português, ainda no século XX, por exemplo, buscou a construção de uma comunidade com outros imigrantes lusitanos, eles estabeleceram ali trocas e uma estrutura com elementos culturais e memória de um passado comum vivido; compartilhando os desafios e as dores de uma identidade fragilizada e uma vivência que precisava de uma luta diária no presente enquanto expatriados. O coletivo formado por sujeitos migrantes, onde a participação de cada pessoa fez diferença para o todo, deu um propósito a quem perdeu tudo, físico e psicologicamente, e ofereceu um futuro possível de esperança. Portanto, a subjetividade e suas características, na conjuntura comunitária, importavam para o grupo, possibilitando o imigrante reconstruir a própria trajetória de vida¹.

Na composição identitária a subjetividade exerce papel central e entre as questões que a perpassa, ressaltamos o quanto ter voz e ser escutado é importante na vida dos sujeitos migratórios, colocando-se como protagonista da história que o circunda. A presença atuante dos migrantes é constante em nosso cotidiano, em várias funções que por ações públicas, pela xenofobia, etc, são invisibilizadas. Portanto, não basta ter voz, é preciso fornecer meios para que esse grupo consiga passar a mensagem e requerer seus direitos.

¹ O exemplo e as conclusões retiradas sobre a construção comunitária de portugueses tiveram como base o trabalho desenvolvido pela autora: LAGE, Natalia da Paz. *Ei-los que chegam!: a imigração portuguesa e a formação da comunidade de Santa Isabel na cidade de Petrópolis na primeira metade do séc. XX*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Católica de Petrópolis, 2020.

Somos seres sociais e precisamos da troca com o outro para a formação subjetiva. Na dialética do indivíduo-coletivo que a identidade vai tomando forma e atuando como mecanismo transformador da realidade na sociedade. Assim, a população imigrante precisa ser inserida no diálogo coletivo e incorporada enquanto cidadãos ativos na sociedade destinatária, vistos como membros dessa nação, tendo acesso as estruturas básicas para a liberdade e bem-viver.

O sr. Ninguém, pai espanhol de nenhum, possui senhoria, ventre, honra, conta no banco e fala com voz forte e segura. O sr. Ninguém enche o mundo com sua vazia presença. Está em toda a parte e em todos os lugares tem amigos. É banqueiro, embaixador, homem de empresa. Passeia por todos os salões, é condecorado na Jamaica, em Estocolmo e em Londres (PAZ, 1992, p.44 apud GIRALDES, 2016, p. 31)

Para fins de conclusão da discussão estabelecida, podemos apreender que a identidade e sua formação possuem várias camadas, onde estão presentes a interferência externa e a autorreflexão das ações cotidianas. O papel da família é central para as bases da formação identitária individual da criança e que, a partir das suas experiências, desenvolverá a persona e o complexo da composição de identidade. Porém, como apontado, as vivências extremas das quais os indivíduos são submetidos afetam suas estruturas psicossociais, resultando em perdas significativas para o entendimento do sujeito enquanto cidadão e membro social, como ocorre na imigração.

Neste ensejo, ao analisar comunidades migratórias, conseguimos perceber a dificuldade em reestruturar a identidade danificada e o sentimento de não pertença, nem a sua sociedade de origem e nem a de recepção, por parte do imigrante. Esse processo transforma o estado provisório de imigrante, no estado de identidade permanente para esse grupo. Em síntese, os expatriados ressignificam a conceituação de imigrante como identidade, gerando um modo de ser e de viver dentro da sociedade receptora.

Imigrante enquanto identidade dos expatriados

Os processos migratórios são tema recorrente nos estudos historiográficos, demasiadas tabelas e gráficos com o percentual de estrangeiros e de grupos que se deslocam ano após ano são apresentados ao público. Mas o que não é destrinchado nas

estatísticas são as vidas que cada número representa e a história carregada pelos imigrantes, deixadas ao esquecimento, no limbo do mundo descartável da sociedade atual.

O sujeito imigrado ao sair de seu território e ser submetido a situações extremas de sobrevivência tem sua vida danificada. As estruturas psicológicas e culturais de composição da identidade sofrem rachaduras, onde permeia a descaracterização da língua e da história vivida pelo imigrante em sua terra natal.

Na obra de Adorno *Minima Moralia* (1951), nos aforismos 13 (p. 22) e 25 (p.37), a coisificação do sujeito imigrante fica explícito: a perda do eu enquanto agente do meio social, das relações com o outro, da dificuldade em reinstituir o que é irreparável. O imigrante está constantemente imerso no sentimento da perda e da solidão, desenvolve em sua psique a melancolia de uma memória de vida que possui mais, das pessoas que não pode ver e do ser que foi, presente apenas enquanto lembrança vaga.

A inexistência dos valores fundamentais para a composição identitária do sujeito imigrado na sua realidade de expatriado o leva a ter três paradigmas constantes, como afirma Adorno no aforismo 13: proteção, ajuda e conselhos. Ele é submetido a uma proteção econômica e política básica (quando acontece) do Estado de origem e receptor, assim como de assistência social, para não sucumbir à solidão e exclusão coletiva, vista como violência constante na sua nova vida. A saída mais comum está na criação de mecanismos de comunicação e interação com algum grupo. Neste ponto que encontramos a preferência de muitos imigrantes para o desenvolvimento de comunidades étnicas, formadas por estrangeiros sejam de mesma origem ou que se ligam pelo compartilhamento da vivência de expatriados. Presente na tentativa de reestruturar a identidade pessoal afetada e encontrar apoio no sentimento de pertença a um grupo, está o caminho para o imigrante, por meio da necessidade de sobrevivência enquanto sujeito social, de adquirir poder, seja prático ou simbólico de atuação social.

Porém, a ajuda e proteção oferecida pelo Estado aos imigrantes, como podemos aferir nos estudos históricos migratórios, é parte de uma sequência de interesses que não visavam o bem-estar dessa população transeunte, mas a aquisição de poder político em seus territórios. Revestido dos valores religiosos e morais da sociedade vigente, muitos governos europeus do século XX, por exemplo, utilizaram o incentivo a migração para os países da América, assim como subsídios, para desafogar problemas econômicos e

sociais internos, como a fome, o analfabetismo, o crescimento demográfico desenfreado, a falta de saneamento básico e assistência de saúde a população carente. Assim como, visavam criar um mercado externo de consumo de produtos e estreitar laços diplomáticos com outras nações. Fizeram assim Portugal e Espanha, países de origem de um grande número de imigrantes desembarcados nos portos brasileiros, por exemplo.

As histórias dos indivíduos são facilmente descartadas quando necessário por quem deveria lhes preservar seus direitos de cidadãos. A violência aplicada pelo Estado atinge diretamente as ideias de futuro e existência psicológica e física do sujeito. São falácias em formato de leis de auxílio e de discursos pró bem-estar do imigrante onde a ideia de meritocracia é usado ao máximo, enquanto os expatriados lutam por sobrevivência. Podemos, a título de aplicabilidade, comparar nas migrações históricas quantos conseguiram enriquecer e serem bem-sucedidos em contraposição ao número dos que não alcançaram uma vida digna, obrigados a aderirem a mendicância, presos ou deportados pelas autoridades políticas. Como afirma Adorno (1951, p. 23):

Enquanto trazem ao protector pequenas vantagens, também lhas retiram logo que as aceita, coisa a que constantemente os induz a sua própria inépcia no estrangeiro. Se na Europa o gesto esotérico era, muitas vezes, só um pretexto para os mais cegos interesses particulares, o deteriorado e pouco impermeável conceito da austerité parece, na emigração, o mais aceitável salva-vidas. Só que, decerto, está à disposição para muito poucos com o devido acondicionamento. À maioria dos que sobem para bordo ameaça a morte por inanição ou pela loucura.

Diante dos fatores explicitados, o sujeito submetido ao processo de migração ou refúgio está imerso em uma lógica de isolamento, derivado da quebra de realidade e vivência social na sua construção identitária, como afirma Adorno (1951, p. 23) são “portas hermeticamente fechadas da autoestima”, onde o ser humano está mergulhado na melancolia do não existir, se reconhecer e ter um horizonte de expectativa. A exclusão social exercida pela quebra de cultura e pela violência social que ocorrem paralelamente ao expatriado, o levam a crise de autoconhecimento e identidade.

A crise identitária dos imigrantes e refugiados está intimamente ligada a forma como são tratados e vistos pelos governos dos países receptores. Conforme salienta a professora Érica Sarmiento (2021, p. 30) em seu trabalho, os grupos plurais de

imigrantes e refugiados são enxergados enquanto corpos descartáveis pelas autoridades dos países de destino, pois são pessoas que, nesta ideologia, não possuem serventia e apresentam ameaças a soberania cultural nacional. Este argumento fortalece a ideia do outro enquanto inimigo, em que o diferente representa o mal e é preciso exterminá-lo para a segurança dos que se igualam a mim.

A coisificação do ser humano imigrante e refugiado retira desse sujeito todos os seus direitos enquanto cidadão e principalmente o direito à vida. A experiência migratória para a maioria não surge de um desejo puramente individual, mas como reflexo de uma série de problemáticas sociais que colocam em risco a vida e segurança desses sujeitos, como a fome, as guerras e as crises climáticas cada vez mais presentes diante do colapso do aquecimento global. Portanto, quando retiramos desses sujeitos as suas características de pessoa humana e projetamos a imagem do perigo, da ameaça, estamos aprisionando-os na experiência dolorosa da imigração, da insalubridade e incerteza de sobrevivência.

O problema maior é quando o sentido da crise passa a ser definida pela mídia e pelos Estados e suas formas de exercer o controle fronteiriço, desprezando a questão estrutural que está muito além da emergência e da catástrofe, como, por exemplo, as causas que motivaram ou expulsaram a saída das pessoas migrantes de suas sociedades de origem. Além disso, a migração não é um processo linear, pois trata-se de vidas, de memórias fragmentadas, de violências, de traumas. Reduzir a experiência migratória a uma temporalidade regida pelo Estado é igualar todas as formas de vidas e homogeneizar todas as histórias, exercer o controle e intervenção sobre essas vidas que querem cruzar a fronteira. (SARMIENTO, 2021, p. 33)

É preciso entender a migração enquanto uma experiência violenta e traumática, que envolve vidas marcadas pela fragmentação das suas identidades e memórias de ser e pertencer inteiramente a um grupo. São sujeitos que lutam pela sobrevivência diante de perdas familiares, como os refugiados de guerra, ou mesmo das dificuldades de travessias das fronteiras. Com o agravamento dos eventos climáticos, o número de imigrantes irá crescer e a quebra identitária dessa população estará no bojo do processo, onde a fragilidade da vida física e psicológica dos indivíduos estará no centro da problemática. A permanência da violência contra os corpos e memórias migrantes geram uma crise humanitária mundial no que tange a percepção da preservação da vida,

mas também um problema sistêmico identitário e cultural que fere a concepção desses sujeitos de pertencimento social, de ser e de estar como agentes no mundo.

O arcabouço cultural e social da vida anterior do imigrante, a partir do momento da sua saída de território, vai sendo anulada pela perda de poder desse sujeito a sua própria vida, submetido as normas e realidades da sociedade de inserção. Nesse novo local as fragilidades tomam forma e intensidade, levando a população migrante ressignificar a memória: “[...] essas almas que divididas entre os valores familiares, comunitários e religiosos das sociedades de origem e de chegada estão sempre em risco de se esquecerem ou perderem de si mesmas e da condição que as define” (COSTA, 2003, p. 153).

Para os grupos migrantes a memória é ferramenta essencial de sobrevivência e de reconstrução da existência danificada, como um propulsor para elaborar novos caminhos no território de chegada. A memória exerce papel de conectar os fios do passado, presente e futuro do indivíduo, dando significado e reflexão sobre a atuação das pessoas dentro da sociedade que está inserida. Consequente de tal ordenação, o temor dos governos autoritários é quanto ao poder da memória sobre o povo, carregada da cultura e sentimento de pertença, e que ameaça os interesses de manipulação e sujeição presentes nas pautas desses sistemas. Por isso a constante indagação do que a sociedade escolhe lembrar e esquecer e do porquê a história dos imigrantes e refugiados é negligenciada e a sua vivência esquecida pelo poder público.

Nada de pensar neles. - Como se sabe, a vida passada do emigrante é anulada. Antes era o mandato de captura, hoje é a experiência espiritual que se declara intransferível e, simplesmente, exótica. O que não está coisificado, o que não se deixa numerar nem medir, não conta. E como se não fosse suficiente, a própria coisificação estende-se ao seu oposto, a vida que não se pode actualizar de forma imediata; o que sempre pervive como ideia ou como recordação. (ADORNO, 1951, p. 37)

Mesmo com a tentativa de ressignificar sua memória a pessoa que emigra não alcança a totalidade de sua existência identitária anterior de nascença, e nem a identidade nacional do país receptor. O lugar ocupado, portanto, é a fronteira, o limbo de não ter nacionalidade. Cria-se, assim, entre essa população uma nova formação grupal e de identidade coletiva: o ser imigrante. A imigração passa de um processo

momentâneo para um status de identificação dentro da reorganização do ser na sua concepção de membro socialmente atuante.

Emigrante, emigrado, imigrado são, de facto, categorizações impostas por delimitação de fronteiras que a história e os poderes sociais engendram, que os corpos encontram e com as quais devem debater-se para a elas se adaptarem ou delas se esquivarem, fronteiras que os cérebros devem incorporar como princípios de visão e divisão do mundo para deste produzirem uma imagem realista e socialmente bem fundada. (COSTA, 2003, p. 150)

O ser imigrante enquanto identidade origina-se de duas formas de fronteira distintas: simbólica e física. A simbólica diz respeito justamente ao não pertencimento total a cultura de origem, dada a saída do território, e nem a sociedade receptora por ser visto enquanto estrangeiro, não havendo possibilidade de inserção total a essa nova cultura. Vimos, também, que as medidas governamentais corroboram para as tensões nas inserções dos imigrantes a sociedade, dificultando acesso básico as instituições, como escolas e hospitais.

Por meio das ordens de embarrear o acesso da população migrante aos direitos civis e dos cidadãos nacionais dos países, fica claro o papel das fronteiras físicas enquanto separador de quem pertence e quem não, dos que podem usufruir das instituições governamentais e os que não. Ao mesmo tempo que os países de destino abstêm dos deveres com a vida humana nas fronteiras, o país de partida tenciona a saída em massa de suas populações, a partir das críticas situações sociais, políticas e econômicas.

A visão do imigrante enquanto inimigo da nação, reforça a transposição da situação temporária de expatriado para algo permanente, pois é criado nessa sociedade receptora uma aversão ao estrangeiro, literalmente uma ameaça no que tange os aspectos culturais e sociais, como as vagas de emprego e a ocupação mobiliária. Com o apoio midiático, como afirma Sarmiento (2021, p. 33), os governos propagam essa ideia visando a aprovação da população diante de medidas violentas e traumáticas na contenção dos imigrantes nas fronteiras.

Os apoios populacionais sobre as decisões políticas violentas tomadas acerca da população migrante estão respaldados no que Norbert Elias (1994, p. 73) entende como parte da própria construção individual do sujeito pelas tradições nacionais, portanto, pelo coletivo em que esse sujeito nasce. Se reafirma elementos essenciais dessas

culturais nacionais, pelos meios de comunicação e afins, para criar identificação do sujeito com o seu país e faça-o sentir o dever de proteger a si e o seu grupo do perigo. O imigrante e refugiado é visto, portanto, nessa prática como uma ameaça à ordem e as estruturas sociais locais, sendo assim necessário descartar esses sujeitos para o bem social do país.

Isso se vê, por exemplo, nas ideologias nacionais e na convicção que o sujeito tem do mérito especial, da grandeza e superioridade de sua tradição nacional, explícita ou implicitamente ligada a elas. Por um lado, essas ideologias ajudam a unir os membros de um Estado e a fazê-los cerrar fileiras há ameaça de perigo; por outro, servem para atizar o fogo do conflito e da tensão entre as nações, e para manter vivos, ou até aumentar, os perigos que as nações procuram afastar com sua ajuda. Não raro, os valores que representam a essência daquilo que dá finalidade e sentido à vida contribuem para a constante renovação de tendências destruidoras da vida e do sentido, as quais, por sua vez, reforçam os valores que servem de defesa contra essas ameaças. (ELIAS, 1994, p. 73)

Postos enquanto ameaças nacionais, os imigrantes e refugiados não possuem oportunidades de inserção na nova sociedade e não podem retornar as suas de nascimento, restando a vivência e a reinterpretação identitária nas fronteiras. A experiência migratória fará parte da memória e moldará o novo indivíduo unindo o passado e presente, onde as margens territoriais simbólicas e físicas se transformam no palco dessas transformações. As fronteiras, assim, não só indicam os limites das divisões nacionais para os sujeitos migrantes, mas configuram a forma de enxergar o mundo e a sua presença nele.

A título de exemplificação, ao tratar da imigração portuguesa para o Brasil no século XX, na comunidade de Santa Isabel (Petrópolis), constituída majoritariamente por portugueses expatriados, o estado identitário permanente de imigrante fica claro. Em entrevistas realizadas nos anos de 2020, 2022 e 2023² a pergunta que mais gerou

² Entrevista realizada a Cacilda Diniz por Natalia da Paz Lage, no dia 19 de setembro de 2020, em Petrópolis; Entrevista realizada a Fernando Vieira por Natalia da Paz Lage, no dia 07 de setembro de 2020, em Petrópolis; Entrevista realizada a José Bernardino Martins Diniz por Natalia da Paz Lage, no dia 16 de outubro de 2022, em Petrópolis; Entrevista realizada a José Carvalho por Natalia da Paz Lage, no dia 19 de fevereiro de 2023, em Petrópolis; Entrevista realizada a Maria Izabel Peixoto por Natalia da Paz Lage, no dia 27 de agosto de 2020, em Petrópolis; Entrevista realizada a Maria Nazaré Rodrigues por Natalia da Paz Lage, no dia 11 de março de 2023, em Petrópolis; Entrevista realizada a Maria Pereira por Natalia da Paz Lage, no dia 17 de setembro de 2020, em Petrópolis; Entrevista realizada a Maria Sofia Lage por Natalia da Paz Lage, no dia 24 de setembro de 2020, em Petrópolis; Entrevista realizada a Paulo Moraes por Natalia da Paz Lage, no dia 15 de outubro de 2022, em Petrópolis.

dúvida foi se eles se sentiam mais brasileiros ou portugueses, as respostas foram múltiplas, desde brasileiros por tempo maior de moradia, à portugueses por nascença. Mas, ainda em conversa, os mesmos afirmaram terem dificuldades de sentimento de pertença cultural e reconhecimento no Brasil e de não serem mais vistos enquanto cidadãos portugueses por seus compatriotas em Portugal. Os imigrantes portugueses de Santa Isabel constroem a sua identidade com elementos de ambas nacionalidades, mas confirmam não se reconhecerem enquanto pertencentes a um local específico e uma nação, adquirindo para si a ideia de ser imigrante enquanto lógica permanente de identidade.

Conclusão

Diante das discussões abordadas podemos compreender a identidade como peça fundamental para a constituição dos seres humanos, juntamente da memória nas temporalidades: passado, presente e futuro. Sua formação deriva de aspectos internos e externos ao indivíduo, ou seja, nas suas relações com a sociedade macro e com grupos sociais particulares de interação. O desenvolvimento da identidade está atrelado também a autorreflexão acerca das ações e dos estímulos que o sujeito recebe, onde a memória é mecanismo ativo, pois por meio dela conseguimos esquematizar as informações e ressignificar o nosso papel enquanto agentes sociais na composição do mundo.

O primeiro núcleo que se estabelece na relação sujeito- sociedade, é a família. Por meio dela aprendemos e descobrimos, inicialmente, como funciona a realidade que estamos inseridos e elencamos a fase inicial da nossa identidade. Paralelamente, recebemos as contribuições do meio social em que nascemos, como tradições, valores morais, o entendimento das regras impostas nas relações e no convívio uns com os outros e etc. Ambas as esferas, que não se anulam, pelo contrário se complementam, são as bases da identidade do sujeito; o material bruto a ser lapidado com a trajetória de vida construída por cada um.

Na situação em que o indivíduo é obrigado a imigrar, resultante de quando as estruturas de Estado e o direito básico dos cidadãos não é cumprido e oferecido, essa massa populacional se vê posta para fora do alicerce cultural que lhe formou, do

conhecido e do seu lar em busca de sobrevivência, de um futuro melhor ou de um sonho de uma história diferente para si. Estar na situação de imigrante e refugiado por consequência de um Estado autoritário, em guerra e que preza pela necropolítica, é vivenciar um ato de violência extrema contra o direito a sua própria sobrevivência.

A ação de imigrar fragmenta a identidade do sujeito nas bases que a constrói e o leva a uma constante crise sobre quem se é e a função da sua vida, desenvolvendo a melancolia constante diante da memória e de uma tentativa sufocante de se manter presente na sociedade e de ressignificar a identidade danificada. Vários recursos são utilizados pelos imigrantes na tentativa de sobreviver a perda do núcleo de formação identitária, entre eles estão as associações, as comunidades étnicas, os casamentos, etc, mesclando a cultura de nascença com a do país receptor.

Porém, o sentimento de pertença do sujeito imigrado a alguma nação é perdido, pois a fratura causada pela conjuntura da imigração cria um hiato na lógica de identificação cultural e de pertença seja com a nação de origem, que já não o corresponde no presente, seja na de recepção que não o vê enquanto pertencente aquele meio social. Diante da realidade de expatriado, a massa imigrante se enxerga como pessoas de fronteira, que vivem na incerteza da reconstrução de identidade.

Portanto, na tentativa de ser um agente ativo da sociedade e ser visto como tal, assume para si a identidade de imigrante. A partir da ressignificação do ser imigrante, concluímos que a massa população submetida vê um horizonte possível, um futuro delineado, onde sentem-se pertencentes e capazes de utilizar essa identidade enquanto ferramenta política na busca de seus direitos negligenciados. Ser imigrante passa, assim, de um estado temporário para um estado permanente na existência do expatriado.

Referências bibliográficas

Fonte

Entrevista realizada a Cacilda Diniz por Natalia da Paz Lage, no dia 19 de setembro de 2020, em Petrópolis.

Entrevista realizada a Fernando Vieira por Natalia da Paz Lage, no dia 07 de setembro de 2020, em Petrópolis.

Entrevista realizada a José Bernardino Martins Diniz por Natalia da Paz Lage, no dia 16 de outubro de 2022, em Petrópolis.

Entrevista realizada a José Carvalho por Natalia da Paz Lage, no dia 19 de fevereiro de 2023, em Petrópolis.

Entrevista realizada a Maria Izabel Peixoto por Natalia da Paz Lage, no dia 27 de agosto de 2020, em Petrópolis.

Entrevista realizada a Maria Nazaré Rodrigues por Natalia da Paz Lage, no dia 11 de março de 2023, em Petrópolis.

Entrevista realizada a Maria Pereira por Natalia da Paz Lage, no dia 17 de setembro de 2020, em Petrópolis.

Entrevista realizada a Maria Sofia Lage por Natalia da Paz Lage, no dia 24 de setembro de 2020, em Petrópolis.

Entrevista realizada a Paulo Moraes por Natalia da Paz Lage, no dia 15 de outubro de 2022, em Petrópolis.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. *Minima Moralia*. Lisboa: Edições 70, LDA, 1951.

COSTA, Joaquim Torres. “Dizer a migração”: considerações preliminares sobre o “discurso próprio” no estudo das migrações. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza (org.). *Olhares Lusos e Brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro, 2003, p. 147-156.

GIRALDES, Antonio Roberto. *Aspectos da Formação da identidade do migrante: pedagogia da escolha, imaginário e sociedade*. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

LAGE, Natalia da Paz. *Ei-los que chegam!: a imigração portuguesa e a formação da comunidade de Santa Isabel na cidade de Petrópolis na primeira metade do séc. XX*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Católica de Petrópolis, 2020.

LANG, Ana Beatriz da Silva Gordo. Portugueses em São Paulo: memória e identidade. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza (org.). *Olhares Lusos e Brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro, 2003, p. 99-130.

NORBERT, Elias. *A sociedade dos indivíduos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

OLIVEIRA, Patrícia. *Narrativas identitárias e construções subjetivas: considerações teóricas e análise empírica de identificações entre jovens das classes populares*. Civitas, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 156-171, jan.-abr. 2011.

SARMIENTO, Érica. *Migrações forçadas, resistências e perspectivas: América Central, México e Estados Unidos (2016-2020)*. 1ª ed. São Paulo: Intermeios, 2021.